

Ulysses: Constituição

Promulgação da emenda convocando G

2-8-NOV. 1985

CORREIO BRAZILIENSE

será do povo

As Constituinte foi aplaudida de pé

ANC 88
Pasta Nov/Dez 85
095



Lyra não diz porque faltou

— Não fui porque não fui. Todas as minhas ausências são interpretadas de forma errônea — reagiu ontem o ministro da Justiça, Fernando Lyra, à indagação sobre os motivos que o levaram a não comparecer à solenidade de promulgação da Constituinte.

Lyra não foi nem mandou representante. Enquanto seus companheiros de ministério participavam da cerimônia no plenário da Câmara dos Deputados, ele se encontrava no Ministério da Justiça, "trabalhando", embora não estivesse previsto nenhum despacho em sua agenda. Discordando de versões de políticos no Congresso de que a convocação da Assembleia Nacional Constituinte foi uma vitória da Aliança Democrática, Lyra disse que "a vitória foi do Governo e do Congresso".



Fernando Lyra

PSB em defesa de coligações

"É inimaginável uma Assembleia Constituinte sem coligação partidária. Se a Aliança Democrática negá-la, estará praticando uma cassação branca e traindo o legado de Tancredo Neves, que se traduz em entendimento e negociação, cuja expresso eleitoral é a coligação". A advertência é do consultor jurídico do Ministério da Justiça, ex-deputado Marcello Cerqueira, um dos fundadores do Partido Socialista Brasileiro.

Ele receia que setores da Aliança, especialmente o PMDB, estejam boicotando a aprovação da lei que regulamenta as coligações para as eleições proporcionais, com o objetivo de permiti-las apenas no pleito majoritário, favorecendo assim os candidatos conservadores. "A coligação é um instrumento de realização da vontade do eleitor. Não é uma obrigatoriedade. É facultativa. É a anti-vinculação", diz Cerqueira. O ex-deputado avisa que o boicote à coligação pode provocar na opinião pública reação semelhante à que provocou a vinculação de votos, imposta pelo governo Figueiredo. "Haverá uma grande perplexidade, se o Congresso não dotar o País desse instrumento de realização de entendimento", diz ele. No Rio, particularmente, Cerqueira entende que a situação "é dramática". E acrescenta: "Se a Aliança Democrática não permitir a coligação partidária, a esquerda fluminense não sobreviverá, o que equivale a uma cassação branca. E estou certo de que essa não é a vontade do pensamento liberal e democrático das duas Casas do Congresso".

"Permitam que confesse que há vinte e um anos ao vento, a chuva, ao sol e ao luar dos caminhos continentais do Brasil, sonho com este dia", disse o presidente da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, ontem durante solenidade de promulgação da emenda que convoca a Constituinte, para acrescentar que a convocação que ontem se proclamou é do povo, não das elites, para que constitua juridicamente a liberdade, a independência, o desenvolvimento e a Justiça social, conteúdos da democracia.

O deputado Ulysses Guimarães afirmou que após 21 anos de tormentosa espera, a "Constituição há de ser código e trincheira reivindicatória do homem que se defenderá do Estado contra qualquer extrapolação de poder, e de multidões de homens e mulheres famintos, despossuídos, analfabetos, vítimas da opressão social, que entrarão no Estado como credores de direitos aos bens e valores que dão conteúdo e vigência à cidadania".

Em seu discurso, o presidente da Câmara frisou que essa será a "Constituição do homem, pelo homem e para o homem. A Constituição da mudança e não do "status quo", a Constituição do amanhã. A Constituição de novos dias, com novos direitos para novos homens. A Constituição da reforma. Mais do que lei será direito, a Justiça como supremo dever do Estado", não como guarda de privilégios, mas para arrasá-los em benefícios da coletividade. "O novo mudou. O Estado será mudado. E a fatalidade da nova Constituição. Ou muda pela evolução, ou a violência será a parceira dessa transformação", disse.

O presidente do Congresso, senador José Fragelli, afirmou em seu discurso, ao presidir a sessão, que com a convocação da Constituinte, estamos antecipando, política e socialmente, no Brasil, o século XXI. "Não será preciso, porém, aguardamos a promulgação da nova carta política em 1987 para que antecipemos o início de um novo marco histórico brasileiro" salientou Fragelli, acrescentando que o século XXI começou para o povo e para a Nação brasileira ontem, na solenidade de promulgação da emenda constitucional que convoca a Assembleia Constituinte.

O líder do PMDB e do governo na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, afirmou em seu discurso, que ontem foi um grande dia para o PMDB, mas antes disso a vitória da fé, a vitória do idealismo. "Felizmente foi possível ao Brasil chegar a este momento pela via da transição política. Caminhamos por estradas ásperas, hostis às vezes, perigosas quase sempre", salientou acrescentando: "Os mortos, aqueles que tombaram pela ação do tempo, do destino ou do autoritarismo, eu os homenageio na figura maior de Tancredo Neves, artesão, inspirador e mestre desta fantástica obra, desta inimaginável obra de arte

política".

Pimenta da Veiga afirmou que "os vivos, aqueles que ainda podem continuar conosco na luta que prossegue, eu os homenageio na figura singular de Ulysses Guimarães, por sua coragem pessoal, por seu desprendimento e, sobretudo, por sua decência política, moral e humana".

O líder do PMDB salientou que é dever do seu partido, do Congresso e de todos os brasileiros reconhecer que entre os que contribuíram para a convocação da Assembleia Nacional Constituinte "um se destaca, pois foi sua a iniciativa objetiva, é de um ato seu que deveria a emenda e sem sua participação, sem seu consentimento, sem o resgate de um compromisso que era seu também, não haveria a convocação da Constituinte: o presidente José Sarney, que em nenhum momento hesitou nesta histórica decisão".

Pimenta da Veiga concluiu o seu discurso lembrando que o brado lançado por Tancredo Neves, após sua eleição, ecoa hoje e foi renovado pelo presidente José Sarney: "Vim para fazer mudanças profundas". A sociedade brasileira as deseja e a Assembleia Nacional Constituinte as viabiliza. "Haveremos de fazê-las profundas e urgentes".

O senador Aluísio Chaves (PDS-PA) ao discursar disse que é impossível ignorar que assistimos ao encerramento de um ciclo da vida brasileira, marcado por erros e acertos, e durante o qual o País cresceu, tornou-se adulto, e adquiriu consciência de seu grande destino, acrescentando que é imperioso, portanto, chamar o povo, mediante a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, para traçar o seu destino, escrever sua História e iniciar claramente os caminhos que deseja percorrer.

A solenidade de promulgação da emenda constitucional número 26, que convoca a Assembleia Nacional Constituinte foi muito concorrida. O plenário da Câmara dos Deputados esteve totalmente lotado, durante uma hora, tempo que durou a sessão, presidida pelo senador José Fragelli, e que contou com a presença de vários ministros de Estado, governadores, presidentes de assembleias legislativas, quase todos os senadores e deputados que integram o Congresso Nacional. A sessão foi aberta com a execução do Hino Nacional.

O momento mais emocionante da sessão foi quando o senador José Fragelli anunciou a promulgação da emenda constitucional que convoca a Constituinte, instante em que ministros, governadores, senadores e deputados aplaudiram de pé o ato.

As 17 horas, os presidentes do Senado, senador José Fragelli, e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, irão ao Palácio do Planalto, entregar ao presidente José Sarney a emenda com suas assinaturas.

Uma comissão para legislar

O presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, insistiu ontem ao sair da solenidade de promulgação da emenda convocatória da Constituinte, na criação de uma comissão representativa da Câmara e do Senado para cuidar da legislação ordinária, durante os trabalhos da Assembleia. Ulysses disse que a questão da legislação ordinária não terá que ser resolvida necessariamente pela Constituinte, pois a Câmara e o Senado podem constituir essa comissão anteriormente, o que, em sua opi-

nião, "talvez seja melhor".

— E um assunto que teremos de resolver, na Constituinte ou antes, pois o Congresso vai funcionar, não vamos fechar o Congresso, com seus poderes ordinários, pois então o Presidente teria que legislar por decreto-lei, o que nem ele e nem nós queremos — afirmou Ulysses.

Apesar disso, o presidente da Câmara afirmou que a Constituinte será autônoma, pois "toda Constituinte é exclusiva, já que é uma limitação de poderes, livre e soberana".